

Prezado (a)s, Consócios, Ilustre Presidente.

Com a devida vênia, em que pese o parecer da Dra. Adriana, ser respeitável e coerente, no nosso entendimento não condiz com o contexto do comércio internacional, e leva a conclusões equivocadas. Desde já afirmo que essas breves linhas são no escopo de propiciar o debate acerca do tema.

- 1) Em que pese os gravíssimos efeitos da COVID – 19, uma das possibilidades (talvez a mais importante, e factível) da retomada da economia global, é através do comércio de bens, serviços e mercadorias. A circulação de pessoas também deverá ser retomada, inclusive o setor de eventos e turismo. A máxima, mais + comércio + circulação = mais + desenvolvimento, continua válida, a paralização atual confirma isso.
- 2) Não consta do parecer qualquer dado acerca do aspecto fundamental do acordo, que é a maior circulação, e o incremento nas trocas comerciais, que de fato é a principal razão do acordo.
- 3) Não existe dúvida, de que é necessário cautela acerca das ameaças que existem, contudo elas são setorizadas, ao revés as oportunidades são globais. Persiste de forma histórica e crônica no nosso País, a visão da auto suficiência, ou da falta direção nas relações internacionais, (p.ex muda governo, se altera radicalmente a direção), falta planejamento de longo curto, médio e longo prazo, e evidentemente a sua execução independentemente da troca de governos. O acordo supre em parte essa falta de direção, é claro que cabe aos governos e a sociedade, adaptar – se, e colher os melhores frutos das oportunidades, e minimizar os danos das ameaças.

Poderia discorrer ainda mais acerca do tema. Encerro por aqui para cumprir o afirmado nas primeiras linhas, que seriam breves. A realidade é que o Brasil/MERCOSUL, depende do investimento estrangeiro, de tecnologias que não domina (p.ex 5G), e da ampliação dos mercados para seus produtos e serviços. Ao final, envio algumas informações baseadas em dados:

- O MERCOSUL e a União Europeia representam, somados, PIB de cerca de US\$ 20 trilhões, aproximadamente 25% da economia mundial, e mercado de aproximadamente 780 milhões de pessoas.
- O Brasil exportou mais de US\$ 42 bilhões para a UE, aproximadamente 18% do total exportado pelo país, e importou quase US\$ 35 bilhões, cerca de 19% do total importado pelo país.
- As empresas brasileiras passarão a ter acesso preferencial a um **mercado de 513 milhões de pessoas** com alto poder aquisitivo (PIB per capita nominal de US\$ 36 mil)
- A UE é o **segundo maior importador e segundo maior exportador mundial (2017)**, respondendo por aproximadamente 15% do comércio mundial.
- A taxa de abertura comercial da economia brasileira (soma de importações e exportações relativamente ao seu produto PIB) é baixa na comparação internacional.
- Com o objetivo de **aumentar a participação do comércio exterior no PIB**, com aumento da **produtividade** da economia e maior inserção nas **cadeias globais de valor**, um dos pilares da estratégia da equipe econômica é a ampliação da inserção internacional do Brasil por meio de **acordos com países prioritários**.

-
- **Ofertas:**
- Compromissos de Tratamento Nacional e Acesso a Mercados por ambas partes em uma vasta gama de setores: Serviços Profissionais, Comunicação, Construção, Distribuição, Serviços Financeiros, Turismo, Transporte, entre outros;
- Liberalização, em até 10 anos após a entrada em vigor do acordo, de serviços de **Transporte Marítimo** contêinerizado entre portos do Mercosul (“cabotagem regional”);
- Eliminação da **TUF** para países da UE.

Marco Normativo:

- Maior transparência e segurança jurídica;
- Compromissos cobrem os **4 modos de prestação de serviços:** comércio transfronteiriço, consumo no exterior, presença comercial e movimento temporário de pessoas físicas.
- Presença comercial abrange **investidores e investimentos** nos setores de serviços e de produção industrial e agrícola;
- Disciplinas regulatórias modernas em **Regulamentação Doméstica de Serviços, Telecomunicações, Serviços Financeiros, Serviços postais, Acordos de reconhecimento mútuo e Comércio Eletrônico;**
- Nível adequado e efetivo de proteção e aplicação da propriedade intelectual nos países.
- Compromissos em **Marcas Registradas, Indicações Geográficas, Desenhos Industriais, Direitos Autorais e Conexos, Patentes e Segredos comerciais**, além de dispositivos relacionados a aplicação desses direitos, nas esferas judicial e cível, e em medidas de fronteira.
- **Resguardadas políticas públicas de saúde e genéricos no Brasil.** Não foram assumidos compromissos em Extensão de Patentes por atrasos na Autorização de Comercialização ou Proteção de Dados de Testes Clínicos.
- **355** IGs da UE terão proteção no MCS: maior segurança ao consumidor brasileiro e diminuição de situações de indução ao erro quanto à real origem do produto.
- **224** IGs do MCS terão proteção na UE, das quais **38** IGs agrícolas brasileiras, por exemplo: Cachaças, Queijo Serra da Canastra, Carnes do Pampa Gaúcho, Melão de Mossoró.
- Artigo de **cooperação** para produtores que terão compromisso de mudança no nome do produto comercializado.
- O acordo estabelece disciplinas que vão além da OMC.
- Disciplina inovadora: institucionalização de procedimentos com vistas à negociação de iniciativas facilitadoras de comércio (IFC).
- Mecanismo flexível e dinâmico, com abordagem caso a caso;
- Dispositivo “vivo”, uma vez que pode ser acionado ao longo da vigência do acordo;
- Por meio desse mecanismo, será possível buscar harmonização com normas internacionais relevantes e reconhecimento de resultados de procedimentos de avaliação da conformidade (ex.: ensaios laboratoriais).
- Tais disciplinas consolidam, ainda, uma agenda de boas práticas regulatórias que o Brasil vem implementando nos últimos anos, com destaque ao incentivo à realização de análises de impacto regulatório, preconizadas pela OCDE.

- A adoção desses compromissos com a UE favorece o alinhamento com as melhores práticas internacionais, ao mesmo tempo em que preserva o direito de regular dos países.
- Foi respeitada a diferença de abordagens do modelo de certificação europeu – baseado primordialmente em certificados emitidos pelo fabricante – em relação ao modelo brasileiro – de certificação emitida por organismo certificador independente ou pelo próprio regulador.
- A aceitação do certificado emitido pela outra parte, de acordo com seu modelo, dependerá dos requisitos legais existentes no país e poderá ser exigido acordo entre organismos certificadores para sua aceitação.
- O anexo automotivo prevê que países que não sejam partes contratantes da UNECE, como é o caso dos Estados-Partes do Mercosul, aceitem os ensaios realizados com base UNECE se essa base estiver mencionada ou se o seu teor tiver sido incorporado à legislação doméstica do país. O Brasil está trabalhando na lista de requisitos para os quais haverá aceitação de tais ensaios e deverá apresentá-la em maio do próximo ano.
- O anexo automotivo estabelece que laboratórios situados nos Estados-partes do Mercosul que forem parte de uma rede de laboratórios europeus ou forem laboratórios por esses subcontratados, bem como os laboratórios que estiverem sob o sistema UNECE, poderão ter seus ensaios reconhecidos. A lista desses laboratórios será tornada pública pela UE. Há também compromisso de estimular o estabelecimento dessas filiais e subcontratadas acreditadas sob a UNECE no Mercosul.
- A aceitação de certificados com base UNECE também está prevista no anexo, porém apenas gera compromisso para os países que assim prevejam em sua legislação doméstica, o que não é o caso do Brasil.
- Há benefícios, ainda, em transparência e cooperação.

Atenciosamente.

Fábio Böckmann Schneider, Ph.D.